



## FORTALECER MOBILIZAÇÃO

# Assembleia aprova intensificação das reuniões de unidades para construir novo ato com paralisação



**Assembleia indicou ampliar mobilização contra o ponto e pela data-base**

A assembleia desta terça-feira (8) aprovou **ATO COM PARALISAÇÃO**, no dia **25/11**, quando ocorre a reunião da Comissão Técnica formada pelo Fórum das Seis e representantes do Cruesp.

O ato com paralisação começa às 13h para acompanhar a reunião prevista para acontecer às 14h30, na sala do Consu.

Vamos nos concentrar em frente à reitoria para pressionar o Cruesp a abrir negociação da nossa data-base.

O STU já está organizando novas reuniões de unidade para ampliar a nossa luta. **Agende uma data na sua unidade e avise o sindicato da reunião pelo e-mail: secretaria@stu.org.br.**

### *Nosso trabalho não precisa de ponto*

Outra pauta debatida na assembleia foi o Ponto Eletrônico.

O STU vem lutando desde que o Tom Zé(ro) resolveu desenterrar os aparelhos, que estavam guardados há 10 anos. O Sindicato também tem mostrado para a categoria que o nosso trabalho não precisa ser controlado por entrada/saída.

No final de outubro, o Ministério Público do Trabalho notificou o STU para que se manifeste sobre a denúncia a respeito da implantação do Ponto Eletrônico, informando se tem

conhecimento dos fatos e as medidas adotadas visando proteger os/as servidores/as prejudicados/as.

Desde que essa proposta ressurgiu não foi estabelecida **n e n h u m a** negociação com o STU. Por isso, nossa assessoria jurídica

está juntando toda a documentação, que inclui moções das congregações, atas de assembleias, boletins, ofícios etc., para mostrar que a reitoria decidiu implementar o ponto de forma arbitrária e sem discussão prévia com a categoria.

### *Por que somos contra o ponto?*

A Unicamp vem se mantendo no ranking como 3ª melhor universidade da América Latina, e nós trabalhadores/as somos parte dessa conquista.

Desempenhamos nosso trabalho com muita qualidade e não precisamos de um aparelho para medir nossa função.

O ponto é um novo método para o qual a reitoria está empenhada em gastar o caixa da universidade, a fim de controlar as nossas atividades.

Para quem não viu, saiu no Diário Oficial, de 8/11, o calendário da Unicamp para os jogos da Copa do Mundo de Futebol.

Por conta da participação da Seleção Brasileira na Copa do Mundo o calendário administrativo da Universidade determina que haja liberação com *“compensação das horas não trabalhadas, observadas as respectivas jornadas de trabalho, cabendo*

*às Unidades e Órgãos estabelecerem e fiscalizarem a forma de compensação.”*

O ponto é sim uma forma de aumentar o assédio moral, dificultar as participações dos trabalhadores/as na luta sindical e impor compensação do trabalho nos dias de liberação decidida pela instituição, como na Copa do mundo, por exemplo.

### *Aumentar pressão para abertura de negociação da Pauta Específica*

A última reunião com a reitoria não foi nada satisfatória.

A categoria ficou indignada com a falta de respostas para nossa Pauta Específica protocolada há meses.

Com menos de dois meses para o ano acabar e o novo governo assumir o estado de São Paulo, precisamos nos unir e aumentar a nossa mobilização para conquistarmos o vale refeição de R\$ 990, a isonomia salarial com a USP e barrar a implantação do Ponto Eletrônico.

### *Estado de Greve*

Permanecemos em estado de greve e lutando pelos nossos direitos.

Tudo que conquistamos até hoje foi fruto de muita luta, por isso, o STU te convoca a participar do Ato com Paralisação, dia 25/11.

Vamos mostrar ao Tom Zé(ro), em frente à reitoria, que não admitimos que ele fique sentado em cima do dinheiro.

Vamos aumentar a nossa mobilização para juntos/as construirmos a valorização que merecemos enquanto trabalhadores/as que mantêm a Unicamp entre as melhores da América Latina!

**Dia 25/11 vamos fazer muito barulho em frente à reitoria.**

A sua participação é fundamental nesse momento!

## CAD aprova novas regras da carreira atropelando as propostas do STU

Terça-feira passada (8) foi o dia que marcou a definição dos rumos da nossa carreira. Os membros da CAD se reuniram para debater e votar a minuta aprovada pela C I D F ( C â m a r a I n t e r n a d e Desenvolvimento dos Funcionários) com os requisitos e critérios para progressão junto à carreira Paepe.

Nesta mesma reunião a diretora do STU e conselheira universitária, Gabriela Barros, apresentou um conjunto de propostas de alteração às CAD's que regem a carreira.

Essas propostas foram elaboradas pela Comissão de Carreira do STU, a partir das análises das deliberações vigentes e das propostas do Comitê da Carreira - criado pela reitoria para elaborar alterações para o processo de progressão de 2023 - e também apresentadas como destaques à pauta que foi proposta na CIDF extraordinária do dia 20/10.

A apresentação foi muito elogiada por vários membros da CAD, mas como era de se esperar, de forma intransigente, o reitor não quis dar abertura para debater as propostas do Sindicato.

Ele chegou a ser ríspido com membros que questionaram a possibilidade de ter um tempo maior para rever as propostas do STU, antes de prosseguir com a votação final. E ao final pediu desculpas.

A alegação foi de que a minuta elaborada pelo Comitê da Carreira já havia sido amplamente debatida com setores interessados e já estava aprovada pela CIDF. E que a abertura de nova discussão atrasaria o andamento do projeto porque seria necessário retomar a discussão em outras instâncias, como a CIDF.

A proposta do STU não foi apreciada

pela CAD, resultando na aprovação da minuta da CIDF que será levada ao Consu para aprovação final.

### *Reitor "democrático" não nos ouve*

Mesmo que o reitor diga que o debate foi amplo, a verdade é que o processo de construção das regras da nova carreira se deu sem a participação da categoria porque não houve abertura para essa discussão em outras câmaras.

O documento elaborado pelo STU foi debatido e construído de forma conjunta com a categoria, por meio de reuniões e plenárias abertas, e sistematizado por uma comissão formada por funcionários/as e um assessor técnico com grande experiência no assunto.

O Comitê da Carreira alegou que recebeu 51 reivindicações da categoria enviadas à DGRH que resultaram em importantes mudanças nas regras. Ainda assim, é preciso destacar que não foi aberto um diálogo amplo ou divulgado o prazo para o envio dessas sugestões, que nem sabemos de onde vieram. Essas sugestões foram apresentadas no expediente da CIDF, em 6/10, com um prazo curto até a aprovação completa em reunião extraordinária da CIDF.

Na CAD, o reitor afirmou que é preciso "conversar e negociar com as direções sindicais", atestando, de forma indireta, que faltou vontade política da reitoria em debater com o STU, principal interessado em defender as necessidades da categoria.

Mesmo sabendo que a proposta não foi construída de forma democrática com a categoria, o reitor manteve o posicionamento de que a decisão deveria ser das comissões e câmaras institucionais,

cujo espaço, lamentavelmente, é restrito à participação dos funcionários e não temos representação paritária.

### *Novas regras da carreira não contemplarão as nossas necessidades*

De acordo com os estudos feitos pela Comissão de Carreira do STU, os critérios de avaliação previstos na nova carreira continuarão sendo antidemocráticos, desiguais e pouco objetivos, resultando na desvalorização de funcionários/as experientes e com mais formação técnica e na restrição ao acesso à progressão horizontal.

E, para piorar, a nova carreira cria uma reserva de "vagas e recursos" para progressão de dirigentes gerando um tratamento especial para as chefias designadas pelo reitor.

É lamentável a reunião ter sido encaminhada dessa forma e o reitor optado por não debater as propostas do STU, cujo objetivo é aperfeiçoar as regras elaboradas pelo Comitê da Carreira para que o processo seja mais justo e amplo.

Mais uma vez, ficou provada a insensibilidade e intransigência de Tom Zé, que quando se trata de assuntos de funcionários/as sempre veta as propostas sob as velhas alegações de falta de tempo ou de dinheiro para implementar. No fim, a justificativa é sempre a mesma: "precisamos fechar o ciclo sem mudar as regras".

Seguiremos lutando por valorização e respeito sabendo que somos uma engrenagem essencial na construção da Unicamp de excelência.

Confira em [[www.stu.org.br](http://www.stu.org.br)] a proposta apresentada pelo STU na CAD.

## FIM DO CONFISCO DAS APOSENTADORIAS DE SERVIDORES/AS VIRA LEI EM SÃO PAULO

Finalmente foi sancionada a Lei Complementar 43/2022 aprovada na Assembleia Legislativa (ALESP), em 25/10. A nova lei 1.380/2022 foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 05/11/2022.

Sendo assim, a partir de janeiro/2023, a cobrança da contribuição previdenciária dos/as aposentados/as e pensionistas estatutários/as civis paulistas passa a incidir somente sobre o valor que ultrapassar o teto do pagamento da aposentadoria do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) - INSS.

Segundo informações do SPPREV (São Paulo Previdência), para realizar o cálculo deve-se aplicar a cobrança de 16% sobre o valor que exceder o teto do INSS (salário bruto), que em 2022 corresponde a R\$ 7.087,22.

É uma grande vitória do nosso movimento, após dois anos de muita mobilização, organizada pelas entidades que

representam o funcionalismo do estado, como: STU, Sintunesp, ADunesp, Sintusp, ADusp, ADunicamp e Sinteps.

Segundo o governo, a lei vai devolver a 420 mil aposentados/as do serviço público paulista o direito de receber seu pagamento sem descontos indevidos.

Terça-feira (8) aconteceu a reunião da pasta de aposentados/as do STU onde foi definido que uma comissão, com alguns membros do departamento, vai participar de um encontro com parlamentares da ALESP e aposentados/as das outras universidades para conversar sobre os próximos movimentos referente ao confisco.

Dentre os assuntos estão a aplicação exata do desconto extra teto, o que vai exceder de fato e como isso vai ocorrer.

A coordenação de aposentados/as do STU comemora a vitória. A partir de agora surge uma nova luta, sobre o ressarcimento destes mais de dois anos de confisco.